



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2020



Índice

INTRODUÇÃO	5
U.C.C.I.....	6
INVESTIMENTO.....	8
LAR DR.º JUSTINO STRECHT	8
SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (S.A.D.).....	10
CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS (C.A.O.).....	10
CONCLUSÃO	11
PARECER CONSELHO FISCAL	12
Demonstrações Financeiras	13
Balanço.....	14
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	15
Demonstração dos Resultados por Funções.....	16
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	17
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	19
Anexo	20
1. Identificação da Entidade	20
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	20
3. Principais Políticas Contabilísticas	21
3.1. Bases de Apresentação.....	21
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	22
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	31
5. Ativos Fixos Tangíveis	31
6. Ativos Intangíveis.....	33
7. Locações.....	34
8. Custos de Empréstimos Obtidos.....	34
9. Inventários	34
10. Rédito.....	35
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	35
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	36
13. Benefícios dos empregados.....	37
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	38
15. Outras Informações	38



15.1. Outras contas a receber e Diferimentos.....	39
15.2. Investimentos Financeiros	39
15.3. Caixa e Depósitos Bancários	40
15.4. Fundos Patrimoniais	40
15.5. Fornecedores	41
15.6. Estado e Outros Entes Públicos	41
15.7. Outras Contas a Pagar	42
15.8. Subsídios, doações e legados à exploração	42
15.9. Fornecimentos e serviços externos	42
15.10. Outros rendimentos e ganhos	46
15.11. Outros gastos e perdas	46
15.12. Resultados Financeiros	47
15.13. Clientes	47
15.14. Outros Activos Financeiros	47
15.15. Acontecimentos após data de Balanço	48
15.16. Proposta de aplicação de resultados.....	48

No presente ano de 2020, só ainda não foi possível concluir o acesso ao Lar Dr.º Justino Strecht e melhorar o seu revestimento, para garantir a sua segurança e conforto dos utentes. Contudo, em breve creio ser possível efetuar com a ajuda da Câmara Municipal o acesso necessário. No restante, e no Hospital tem-se procurado efetuar todos os melhoramentos tendentes a obter a aprovação das entidades competentes, para comodidade e segurança do edifício. Felizmente já foi concretizada a aprovação pelas Entidades competentes da segurança do Hospital, preocupação que já deixamos de ter, dado o dispêndio a que obrigou a Santa Casa efetuar e que economicamente foi muito difícil dada a situação da Covid-19 com os gastos não previsíveis com a situação.

Este ano de foi mais um ano de intenso trabalho para todos os diretores e demais trabalhadores, funcionários e funcionárias, bem como dos colaboradores desta Santa Casa, não esquecendo o grupo de voluntários que a serve e aqueles que já nos deixaram e tanto deram a esta Casa. Para todos eles, um sincero agradecimento pelo esforço inaudito que pôs no desempenho das suas funções. Agradeço, ainda, penhoradamente, a todas as entidades oficiais que nos auxiliaram a levar a bom termo esta difícil tarefa, designadamente à Câmara Municipal de Castelo de Paiva, na pessoa do seu Presidente e Vereação respetiva, à União das Misericórdias Portuguesas, também na pessoa do seu Presidente, Dr. Manuel Lemos.

Um Bem-haja para todos aqueles que já fazem parte da Misericórdia e que a servem com a melhor das boas vontades, não regateando esforços para tornar mais suave e tranquila a vida de todos utentes desta Instituição, de um modo especial o senhor Diretor Clínico da UCCI – Dr.º Avelino Alves, Diretora Técnica Sílvia Gaspar e restante corpo de enfermagem e auxiliares do mesmo, bem como todos aqueles que trabalham na Unidade de Saúde pelo esforço que desenvolvem para o bem-estar dos utentes e seus familiares e na procura de perpetuar a vida dos mesmos que, para esta área – Média e Longa Duração – necessitam do seu saber, empenho, profissionalismo e dedicação.

O meu agradecimento a todos os funcionários do Lar e especialmente à Diretora do mesmo, senhora Dr.ª Laura Oliveira, que infelizmente foi acometida de doença grave, não tendo todavia deixado de dar todo o seu apoio sempre que necessário, extensivo também à Dr.ª Diretora de Centro de Atividades Ocupacionais, senhora Dr.ª Carla Freitas e restantes funcionários do mesmo serviço.

Por último agradeço penhoradamente a todos os elementos dos Órgãos Sociais desta Instituição, designadamente aos elementos da Mesa Administrativa, Assembleia Geral e Conselho Fiscal pelo imenso trabalho que me ajudaram a efetuar.

O Provedor



INTRODUÇÃO

Para os devidos efeitos legais e estatutários da Misericórdia de Castelo de Paiva, na **alínea b) do n.º2 do art. 22 dos Compromissos**, se submete o relatório e Contas do exercício 2020, para apreciação da assembleia Geral

O conteúdo deste documento relata a posição financeira e contabilística da Instituição, constituída pelas Demonstrações Financeiras exigidas por lei, acompanhadas por várias notas técnicas explicativas, de forma a facilitar a leitura e interpretação do documento.



Hospital da Misericórdia/U.C.C.I. (Unidade de Cuidados Continuados Integrados) de Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção

U.C.C.I.

O ano de 2020 foi um ano atípico, com o anúncio no mês Março do primeiro caso de doente infetado com COVID-19 em Portugal. Neste âmbito a DGS e a UMP emitiram orientações e circulares de apoio às instituições para a gestão desta nova doença. No dia 2 de Março de 2020 foi realizada reunião geral com os funcionários da UCCI com o objetivo de sensibilizar os mesmos para a doença provocada pelo COVID-19, o plano de contingência elaborado, as possíveis alterações na instituição e a reorganização do serviço em caso de surto. A 8 de Março de 2020 o Ministério da Saúde ordenou a suspensão de visitas nas UCCI da RNCCI – Região Norte. A Circular da UMP n.º 12/2020 de 13/03/2020, estabeleceu recomendações gerais para as Mesas Administrativas, nomeadamente a nível da gestão de recursos humanos, sugerindo a criação de “Avatares”, ou seja, trabalho em espelho. Dada a urgência da situação foram organizados os grupos de trabalho e iniciou-se um período de trabalho em espelho de Março a Maio de 2020. Foi implementado o teletrabalho para alguns funcionários. Estiveram temporariamente encerrados a Medicina Laboratorial Unilabs, a Fisiopaiva e Pinto Leite-Imagem e Diagnóstico.

Com o objetivo de controlar a infeção e propagação por COVID-19 na UCCI foi necessário adotar medidas preventivas como a aquisição de EPI’s (equipamentos de proteção individual), nomeadamente luvas, máscaras cirúrgicas, máscaras FFP2, fatos protetores com capuz, óculos, batas descartáveis, aventais descartáveis, protetores de calçado, toucas, manguitos de plástico, adesivos. Por outro lado, foi necessário equipar locais considerados de utilização frequente (WC, elevador, portas de entrada, gabinetes, entre outros) com material e produtos de lavagem e de desinfeção indicados, aumentando-se a aquisição de desinfetantes de mãos (álcool gel), álcool, sabonete líquido para as mãos, toalhetes de papel. Foi reforçada a higienização das superfícies e das áreas de risco acrescido, dado que as mesmas podem ser veículos de contágio, aumentando a aquisição de produtos de limpeza (pastilhas, detergente de chão). Por forma a cumprir a automonitorização diária de sinais e sintomas compatíveis com a COVID-19 em funcionários (no início e fim do turno), bem como, para garantir a maior segurança no controlo da temperatura corporal dos utentes, foram adquiridos mais termómetros digitais e de infravermelhos.

Na prevenção da disseminação da COVID-19 com vista à proteção dos utentes no internamento e dos funcionários da UCCI, foi necessário implementar diferentes circuitos de



circulação no edifício do Hospital, fixando-se os funcionários a determinado piso/serviço e adotando medidas adicionais de limpeza e desinfecção de superfícies. Neste âmbito a Medida MAREES (IEFP) veio possibilitar a disponibilização de recursos humanos para a realização deste reforço, bem como, apoiou na capacidade de resposta da instituição, atendendo aos diversos casos de funcionários infetados por COVID-19 ou em isolamento profilático.

No dia 13 de Novembro de 2020 tivemos conhecimento da existência de um surto de COVID-19 entre utentes e colaboradores da UCCI. Nessa altura foi criada uma ala negativa, uma zona de suspeitos, e uma ala positiva. A ala positiva destinava-se a utentes covid, com funcionários destacados apenas para essa ala. Por orientação da Delegada de Saúde os colaboradores da ala positiva trabalharam em regime de espelho, entre Novembro e Dezembro de 2020. Durante este período foram adquiridos testes rápidos para permitir uma resposta rápida à equipa com o objetivo de perceber a evolução do vírus no internamento, isolando-se rapidamente os casos, bem como, também foram realizados alguns testes PCR aos utentes, por indicação do Diretor Clínico, apenas em casos urgentes. Nesta fase aumentou a aquisição de medicamentos (Decadron; aerossóis; suspensões para nebulizações) e de câmaras expansoras, bem como, verificou-se um aumento na recolha/tratamento de resíduos perigosos. Na ala positiva, por indicação da Delegada de Saúde foi necessário utilizar apenas louça descartável, havendo um aumento muito significativo deste material. A Delegada de Saúde orientou para a suspensão do funcionamento da Fisiopaiva, justificando que em caso de surto a lei prevê que apenas funcione a valência em causa. Pinto Leite-Imagem e Diagnóstico manteve-se a funcionar, mas com um circuito de circulação circunscrito fechado, não havendo qualquer contacto entre funcionários das diferentes valências, e sem poderem aceder às outras valências.

Ao longo do ano 2020 constatou-se uma escassez importante de enfermagem, tendo sido necessário reforçar a equipa na UCCI. Deste modo, foram realizados contratos de substituição, foi negociado com a Empresa de recrutamento Medimarco um aumento para 7 euros/hora a pagar às enfermeiras prestadoras, e foi atribuído um prémio aos enfermeiros contratados, pela responsabilidade e maior esforço em assumir o trabalho das duas valências (UMDR e ULDM) durante o mês de Dezembro, devido à escassez de enfermeiros na UCCI e consequente incapacidade de cumprir rácios definidos.

No 2º semestre de 2020 a Medicina Laboratorial Unilabs iniciou os testes PCR. Desde o início da pandemia a Clínica de Hemodiálise – Nefropaiva manteve-se sempre em funcionamento. As consultas externas do Hospital mantêm-se suspensas.



INVESTIMENTO

Através de uma candidatura levada a efeito por esta MA, a mesma já foi aprovada, com a seguinte designação:” **Remodelação do Exterior e Interior do Edifício do CAO da SCMCP**” e que orçará: **Investimento total:** 86 044,66€; **Investimento elegível:** 67 831,02€ e **Fundo:** 57 656,36€, sendo a respectiva **Taxa de Participação de 85%**.

LAR DR.º JUSTINO STRECHT

Os primeiros meses do ano, janeiro, fevereiro, e meados de março foram meses de normalidade, em que se cumpriram as atividades previstas e em que o dia-a-dia do Lar decorreu de acordo com as habituais rotinas de funcionamento.

Fomos confrontados, a partir da segunda quinzena de março, com os primeiros sinais da pandemia provocada pela Covid-19, a qual levou a direção técnica, em consonância com esta mesa administrativa, a tomar medidas excecionais, tais como a separação dos utentes na sala de convívio de acordo com as normas impostas pela DGS, a adaptação de toda a equipa de colaboradores ao trabalho em espelho e dos seus horários, e ainda a adoção de novas regras de prevenção da doença através do uso permanente de máscaras por todos os residentes e colaboradores e a criação de novos circuitos de limpeza e desinfeção dos espaços.

As visitas dos familiares a esta valência também foram reajustadas para os modelos impostos pela DGS, pelo que se adquiriu, com o propósito de melhorar as condições de funcionamento das mesmas, um acrílico com o propósito de servir de barreira entre utentes e familiares, que foi colocado no piso 1, local considerado pela equipa técnica como ideal para este efeito, uma vez que tem uma porta de acesso ao exterior próxima e seria um local de pouca passagem.

Naturalmente que o trabalho realizado junto dos utentes se tornou mais complexo face às obrigações de afastamento e distanciamento social, pelo que se adaptaram as atividades, focando-se a equipa num trabalho mais individualizado. O recurso ao exterior, sempre QUE o tempo permitiu, foi uma mais-valia para que os utentes pudessem desfrutar de tempo ao ar livre, uma vez que foram privados de sair da instituição.

Procurando alternativas de contacto com o exterior foram ainda recanalizados, com conhecimento desta MA, os tablets existentes na instituição para o uso de aplicações como o



whats app, o Messenger e o Skype que foram imprescindíveis na comunicação com as famílias, bem como com outros técnicos que se viram impedidos de circular entre valências.

Em princípios de outubro fomos assolados por um surto de COVID-19, ao qual respondemos com a determinação que nos caracteriza. Com o apoio indubitável de todos os colaboradores, que, em alguns casos, permaneceram dia e noite nas nossas instalações a prestar cuidados aos utentes infetados, conseguimos fazer frente à doença, o que permitiu que não houvesse qualquer óbito. Durante este período recorremos às equipas de brigada de intervenção rápida da Cruz Vermelha. Por determinação da delegada de saúde local, durante este período todas as refeições passaram a ser servidas em descartáveis, com um gasto acrescido semanal de cerca de 1000€.

O Lar também contou, a partir de Julho, com o reforço extraordinário da equipa através do projeto do IEFP – MAREES, com o qual ainda contamos.

Os constrangimentos criados pela adaptação a esta nova realidade foram imensos, com um aumento exponencial dos gastos com os materiais de proteção individual e demais produtos/materiais necessários para o cumprimento das regras impostas pela DGS e pela delegada de saúde local.

Para além disso, fomos condicionados à suspensão do Centro de Dia em princípios de abril, por não termos um espaço com as condições necessárias e impostas para o funcionamento do mesmo sem que houvesse contacto com os utentes de Lar. Parte dos utentes, que inicialmente se mantiveram vinculados ao serviço no regime de reserva de vaga, pagando uma percentagem de 20% sobre a mensalidade habitual, acabaram por suspender o serviço ao longo do ano, por não haver perspetiva de reabertura.

O modelo de trabalho que adotamos mantém-se focado nos cuidados individualizados, uma vez que verificamos uma ainda maior dependência física e emocional dos utentes também provocada pela pandemia e pelo isolamento a que esta nos obrigou.

Finalmente, o lar mantém-se com lotação completa, alegrando-nos os elogios e agradecimentos generalizados dos familiares pelo bom trabalho que levamos a cabo numa fase tão difícil dos nossos tempos.



SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (S.A.D.)

O Serviço de Apoio Domiciliário, à semelhança do Lar, sofreu adaptações em função da evolução da pandemia, nomeadamente a alteração para o modelo de trabalho em espelho. De forma a tornar este modelo exequível com apenas uma colaboradora por equipa foram necessários ajustes aos serviços prestados, em consonância com os utentes e famílias que foram previamente contactados.

Assim que se tornou possível o retorno ao modelo de trabalho habitual, também os serviços voltaram ao modelo contratualizado.

Com o fecho do Centro de Dia o SAD contou com mais três utentes de CD domiciliado, aos quais se passou a prestar o serviço de alimentação.

Os vestiários da equipa foram recanalizados para o espaço junto à lavandaria, uma vez que as regras determinaram que não poderia haver qualquer contacto das colaboradoras de SAD com as instalações do Lar. Uma das colaboradoras de SAD passou a desempenhar funções permanentemente na cozinha do Lar, realizando as tarefas de empratamento e tratamento de loiças relativas ao SAD.

Nesta valência, à semelhança das outras, os gastos foram, muito elevados em função dos EPI de uso diário necessários, desde fato, máscaras FP2, viseiras, toucas, cobre pés e luvas extra.

No final do ano houve uma quebra no número de utentes desta valência, que conta atualmente com 41 utentes, provocada pelo falecimento de vários utentes de idade avançada ou com patologias de carácter terminal. Assim, o serviço conta com três equipas da parte da manhã e uma equipa à tarde para assegurar a prestação de cuidados a todos os utentes.

CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS (C.A.O.)

Este ano de 2020 foi, extremamente, difícil, pela situação pandémica que o nosso país viveu e continua, pelo confinamento, assim como pelo fecho das nossas instalações por ordem da DGS.

O CAO esteve alocado na antiga escola primária nº2, durante o início do ano e, nessa altura, como o projeto NORTE 2020 tinha sido aprovado, reabilitamos as nossas instalações a nível do exterior e do interior. Ficando com maior conforto e mais qualidade para os utentes e colaboradores.



Todos os colaboradores, sem exceção, foram reencaminhados para outras respostas sociais, como lar e UCC, durante todo este processo, a fim de colmatarem e ajudarem na melhor execução de tarefas e na falta de pessoas por causa do COVID-19.

Desde que reabrimos, as regras impostas pelo Governo obrigaram-nos a um elevado gasto financeiro, pois tivemos que adquirir máscaras, álcool gel, luvas, aventais, desinfetantes, EPI's para colaboradores e utentes.

A Santa Casa tem tido imensa preocupação e sensibilidade. Respeitando, com exigência, todas as regras a que estamos sujeitos. No entanto, toda esta situação requer empenho, mas muito desgaste financeiro e de recursos humanos.

Quanto à atividades ocupacionais, continuamos com os nossos ateliers de costura, com o objectivo de trabalhar a motricidade fina dos utentes, torna-los autónomos em várias circunstâncias e ambientes e produzir material que será vendido posteriormente à comunidade. Mantemos a montagem das molas, as atividades lúdico-pedagógicas e motivacionais.

Um outro projeto, mas de maior e mais significativa envergadura, será a construção CAO, com maior capacidade, e de um Lar residencial para Pessoas Portadoras de Deficiência.

Esta construção já está projetada; já possuímos os pareceres positivos da Rede Social e da Segurança Social de Aveiro. No entanto, estamos a aguardar uma resposta, também positiva, da parte do Governo Central, pois já submetemos a candidatura ao PROGRAMA PARES.

CONCLUSÃO

Como é do conhecimento de todos os Irmãos, esta Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva, está, plenamente, consciente das dificuldades que ao longo dos tempos vão aparecendo e crescendo. Com a colaboração de todos os Órgãos Sociais, estamos convictos que continuaremos a solidificar e honrar os nossos compromissos, com pleno respeito por todos quantos nos têm ajudado a levar a “bom porto” esta difícil caminhada.

Assim a Senhora das Misericórdias nos ajude.



PARECER CONSELHO FISCAL



Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2020



Balanço

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2020	31-12-2019
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3.024.988,41	3.036.000,35
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	6	108.341,20	108.341,20
Investimentos financeiros	15.2	620,71	620,71
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		3.133.950,32	3.144.962,26
Ativo corrente			
Inventários		1.361,72	777,64
Créditos a receber	15.13	187.350,79	186.310,83
Adiantamentos a fornecedores	15.1	-	-
Estado e outros Entes Públicos	15.6	3.792,42	18.192,03
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Outras contas a receber	15.1	4.000,00	4.244,33
Diferimentos	15.1	3.181,66	-
Outros Ativos financeiros	15.14	-	-
Caixa e depósitos bancários	15.3	194.195,76	242.627,56
Subtotal		393.882,35	452.152,39
Total do Ativo		3.527.832,67	3.597.114,65
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15.4	41.407,53	41.407,53
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	15.4	1.077.886,89	1.113.778,88
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		1.764.310,19	1.815.490,35
Resultado Líquido do período	15.4	(63.066,70)	22.301,86
Total do fundo do capital		2.820.537,91	2.992.978,62
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			-
Provisões específicas			-
Financiamentos obtidos	8	223.594,58	292.392,93
Outras contas a pagar		19,70	19,70
Subtotal		223.614,28	292.412,63
Passivo corrente			
Fornecedores	15.5	100.828,67	71.600,50
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros Entes Públicos	15.6	23.731,09	25.559,05
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Financiamentos obtidos	8	139.030,40	71.292,36
Diferimentos	15.1	66.299,38	-
Outras contas a pagar	15.7	153.790,94	143.271,49
Outros passivos financeiros			
Subtotal		483.680,48	311.723,40
Total do passivo		707.294,76	604.136,03
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.527.832,67	3.597.114,65

Rua S. Geão, 25 de Março de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A Mesa Administrativa,



Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	10	1.662.948,80	1.732.123,96
Subsídios, doações e legados à exploração	15.8	636.733,26	560.876,50
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(185.026,90)	(184.205,60)
Fornecimentos e serviços externos	15.9	(841.599,93)	(845.735,11)
Gastos com o pessoal	13	(1.240.352,25)	(1.194.332,07)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	15.10	52.029,65	113.690,42
Outros gastos e perdas	15.11	(5.301,78)	(17.027,97)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		79.430,85	165.390,13
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(135.525,25)	(134.543,53)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(56.094,40)	30.846,60
Juros e rendimentos similares obtidos	15.12		-
Juros e gastos similares suportados	15.12	(6.972,30)	(8.544,74)
Resultados antes de impostos		(63.066,70)	22.301,86
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(63.066,70)	22.301,86

Rua S. Geão, 25 de Março de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A Mesa Administrativa,



Demonstração dos Resultados por Funções

Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	ERPI	CAO	SAD	C. DIA	UCC MEDIA	UCC LONGA	RADIOLOGIA	HEMODIALISE	FISIOTERAPIA	ANALISES	CONSULTAS	PERÍODOS	
													2020	2019
Vendas e serviços prestados	10	356.012,65	6.795,90	79.779,05	9.302,40	444.087,43	466.650,31	108.574,40	35.488,19	103.899,35	49.166,87	3.192,25	1.662.948,80	1.732.123,96
Custo das vendas e dos serviços prestados	9	(531.072,01)	(99.702,54)	(198.602,91)	(46.933,77)	(323.013,84)	(333.347,57)	(93.740,55)	(6.586,44)	(86.452,76)	(4.713,15)	(4.239,25)	(1.728.404,79)	(2.224.272,78)
Resultado bruto		(175.059,36)	(92.906,64)	(118.823,86)	(37.631,37)	121.073,59	133.302,74	14.833,85	28.901,75	17.446,59	44.453,72	(1.047,00)	(65.455,99)	(492.148,82)
Outros rendimentos	15.10	293.520,76	102.547,93	217.457,79	10.930,95	20.022,84	24.494,12	2.064,90	5.135,68	2.660,58	9.313,99	613,37	688.762,91	674.566,92
Gastos de distribuição													-	-
Gastos administrativos		(110.347,59)	(26.183,77)	(70.412,35)	(27.900,78)	(157.356,66)	(176.534,31)	(15.090,07)	(22.056,55)	(29.865,78)	(30.550,34)	(7.801,34)	(674.099,54)	-
Gastos de investigação e desenvolvimento													-	-
Outros gastos	15.11	(1.204,34)	(424,65)	(614,20)	(321,33)	(1.027,19)	(1.088,67)	(121,82)	(121,82)	(121,82)	(121,82)	(134,12)	(5.301,78)	(151.571,50)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.909,47	(16.967,13)	27.607,38	(54.922,53)	(17.287,42)	(19.826,12)	1.686,86	11.859,06	(9.880,43)	23.095,55	(8.369,09)	(56.094,40)	30.846,60
Gastos de financiamento (líquidos)	15.12	(201,02)	(80,41)	(100,51)	(70,35)	(201,05)	(5.869,85)	(30,15)	(328,51)	(30,15)	(30,15)	(30,15)	(6.972,30)	(8.544,74)
Resultados antes de impostos		6.708,45	(17.047,54)	27.506,87	(54.992,88)	(17.488,47)	(25.695,97)	1.656,71	11.530,55	(9.910,58)	23.065,40	(8.399,24)	(63.066,70)	22.301,86
Imposto sobre o rendimento do período														
Resultado líquido do período		6.708,45	(17.047,54)	27.506,87	(54.992,88)	(17.488,47)	(25.695,97)	1.656,71	11.530,55	(9.910,58)	23.065,40	(8.399,24)	(63.066,70)	22.301,86

Rua S. Geão, 25 de Março de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A Mesa Administrativa,



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2019

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1	15.4	41.407,53			1.096.593,92			1.708.088,51	17.184,96	2.863.274,92		2.863.274,92
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											-		-
Alterações de políticas contabilísticas											-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											-		-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											-		-
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											-		-
Distribuição resultados											-		-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		15.4			17.184,96			107.401,84	(17.184,96)	107.401,84			107.401,84
	2		-	-	17.184,96	-	-	107.401,84	(17.184,96)	107.401,84	-		107.401,84
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	15.4							22.301,86	22.301,86			22.301,86
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3									129.703,70	-		129.703,70
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos													
Subsídios, doações e legados													
Outras operações													
	5		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019	6=1+2+3+5		41.407,53	-	-	1.113.778,88	-	-	1.815.490,35	22.301,86	2.992.978,62	-	2.992.978,62

Rua S. Geão, 25 de Março de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A Mesa Administrativa,



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2020

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	15.4	41.407,53	-	-	1.113.778,88	-	-	1.815.490,35	22.301,86	2.992.978,62	-	2.992.978,62
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas										-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										-	-	-	-
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										-	-	-	-
Distribuição resultados										22.301,86	22.301,86	-	22.301,86
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		15.4								(58.193,85)	(131.675,87)	-	(131.675,87)
		7	-	-	-	(35.891,99)	-	-	(51.180,16)	(22.301,86)	(109.374,01)	-	(109.374,01)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		8								(63.066,70)	(63.066,70)	-	(63.066,70)
RESULTADO EXTENSIVO		9=7+8									(172.440,71)	-	(172.440,71)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos													
Subsídios, doações e legados													
Outras operações													
		10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020		6+7+8+10	41.407,53	-	-	1.077.886,89	-	-	1.764.310,19	(63.066,70)	2.820.537,91	-	2.820.537,91

Rua S. Geão, 25 de Março de 2021

A Mesa Administrativa,



Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes		1.675.668,87	1.708.584,81
Recebimento de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(1.226.508,47)	(1.192.238,96)
Pagamentos ao pessoal		(881.914,62)	(845.602,90)
Caixa gerada pelas operações		(432.754,22)	(329.257,05)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			-
Outros recebimentos/pagamentos		392.355,03	305.321,59
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(40.399,19)	(23.935,46)
<u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	(7.281,34)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		-	(7.281,34)
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		67.738,04	(275,19)
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(68.798,35)	(78.915,28)
Juros e gastos similares		(6.972,30)	(8.544,74)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(8.032,61)	(87.735,21)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		(48.431,80)	(118.952,01)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		242.627,56	361.579,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período		194.195,76	242.627,56

Rua S. Geão, 25 de Março de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A Mesa Administrativa,



Anexo

1. Identificação da Entidade

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva, também abreviadamente denominada de Santa Casa da Misericórdia ou, simplesmente misericórdia de Castelo de Paiva instituída em 15 de Dezembro de 1989, é uma associação de fieis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico de harmonia com o espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

A Santa Casa da Misericórdia tem, também, reconhecida a sua personalidade jurídica civil, com estatuto de instituição Particular de Solidariedade Social, pelo que é considerada uma entidade da economia social, nos termos da respetiva Lei de Bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

Instrumentos legais da NCRF – ESNL:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI);
- Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho 2015 – NCRF – ESNL;
- Portaria n.º 220/2015 de 24 julho - Modelos de Demonstrações Financeiras;
- Portaria n.º 218/2015 de 22 julho – Código das Contas;
- Dec. Lei n.º 98/2015 de 2 julho – SNC;



A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas



e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.



Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	4
Outros Ativos fixos tangíveis	8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.



O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “*Propriedades de Investimento*” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “*Aumentos/reduções de justo valor*”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração



dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo.

O valor residual de um “*Ativo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.



3.2.6. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.



Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da



entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Loações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.



3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*



4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “*Ativos Fixos Tangíveis*” do domínio público:

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2019, a Entidade não usufrui de “*Bens do património, histórico, artístico e cultural*”:

No período de 2020, a Entidade não usufrui de “*Bens do património, histórico, artístico e cultural*”:

**Outros Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2019						
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	4.238.153,32	211.580,12	-	-	-	4.449.733,44
Equipamento básico	848.334,83	16.934,39	-	-	-	865.269,22
Equipamento de transporte	230.807,37	35.871,54	(13.196,00)	-	-	253.482,91
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	69.423,51	-	-	-	-	69.423,51
Outros Ativos fixos tangíveis	14.675,64	-	-	-	-	14.675,64
Total	5.401.394,67	264.386,05	(13.196,00)	-	-	5.652.584,72
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.517.235,20	82.375,83	-	-	-	1.599.611,03
Equipamento básico	700.088,94	32.229,89	-	-	-	732.318,83
Equipamento de transporte	194.133,42	18.103,35	-	-	-	212.236,77
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	69.423,51	-	-	-	-	69.423,51
Outros Ativos fixos tangíveis	1.159,77	1.834,46	-	-	-	2.994,23
Total	2.482.040,84	134.543,53	-	-	-	2.616.584,37

31 de Dezembro de 2020						
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	4.449.733,44	-	-	-	-	4.449.733,44
Equipamento básico	865.269,22	5.846,01	-	-	-	871.115,23
Equipamento de transporte	253.482,91	-	-	-	-	253.482,91
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	69.423,51	-	-	-	-	69.423,51
Outros Ativos fixos tangíveis	14.675,64	-	-	-	-	14.675,64
Total	5.652.584,72	5.846,01	-	-	-	5.658.430,73
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.599.611,03	90.839,03	-	-	-	1.690.450,06
Equipamento básico	732.318,83	33.203,93	-	-	-	765.522,76
Equipamento de transporte	212.236,77	13.879,43	-	-	-	226.116,20
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	69.423,51	-	-	-	-	69.423,51
Outros Ativos fixos tangíveis	2.994,23	1.834,46	-	-	-	4.828,69
Total	2.616.584,37	139.756,85	-	-	-	2.756.341,22
				Total Ativos Fixos Tangíveis		2.902.089,51

	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2020
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-



Propriedades de Investimento

A Entidade não usufrui de “Propriedades de Investimento”

6. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Intangíveis” do domínio público:

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2019						
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	19.590,00	-	-	-	-	19.590,00
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	247.685,43	-	-	-	-	247.685,43
Total	267.275,43	-	-	-	-	267.275,43
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	12.929,67	-	-	-	-	12.929,67
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	146.004,56	-	-	-	-	146.004,56
Total	158.934,23	-	-	-	-	158.934,23
				Total Ativos Fixos Intangíveis		108.341,20

31 de Dezembro de 2020						
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	19.590,00	-	-	-	-	19.590,00
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	247.685,43	-	-	-	-	247.685,43
Total	267.275,43	-	-	-	-	267.275,43
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	12.929,67	-	-	-	-	12.929,67
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	146.004,56	-	-	-	-	146.004,56
Total	158.934,23	-	-	-	-	158.934,23
				Total Ativos Fixos Intangíveis		108.341,20



7. Locações

A Entidade não detinha ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos:	-	-	-	-	-	-
Bancários	136.536,40	223.594,58	360.130,98	68.798,36	292.392,93	361.191,29
Caução Empreiteiro	-	-	-	-	-	-
Outros	2.494,00	-	2.494,00	2.494,00	-	2.494,00
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	139.030,40	223.594,58	362.624,98	71.292,36	292.392,93	363.685,29

Em 31 de Dezembro de 2020, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2020			2019		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	139.030,40	-	139.030,40	71.292,36	-	71.292,36
De um a cinco anos	223.594,58	-	223.594,58	292.392,93	-	292.392,93
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	362.624,98	-	362.624,98	363.685,29	-	363.685,29

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2020 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2019	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2019	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2020
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.055,00	183.928,24	-	777,64	185.610,98	-	1.361,72
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.055,00	183.928,24	-	777,64	185.610,98	-	1.361,72
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				184.205,60			185.026,90
Variações nos inventários da produção				-			-



10. Rédito

Para os períodos de 2019 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	1.662.508,80	1.732.123,96
Quotas dos utilizadores	431.773,84	465.417,48
Promoções para captação de recursos	1.210.816,80	1.245.754,20
Serviços Secundarios	19.918,16	20.952,28
...		
Quotizações e Joias	440,00	-
Rendimentos de patrocinadores e colaboração		-
Outros		-
Total	1.662.948,80	1.732.123,96

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2019 e 2020, não existem provisões:

Passivos contingentes

Não existem passivos contingentes existentes.

Ativos contingentes

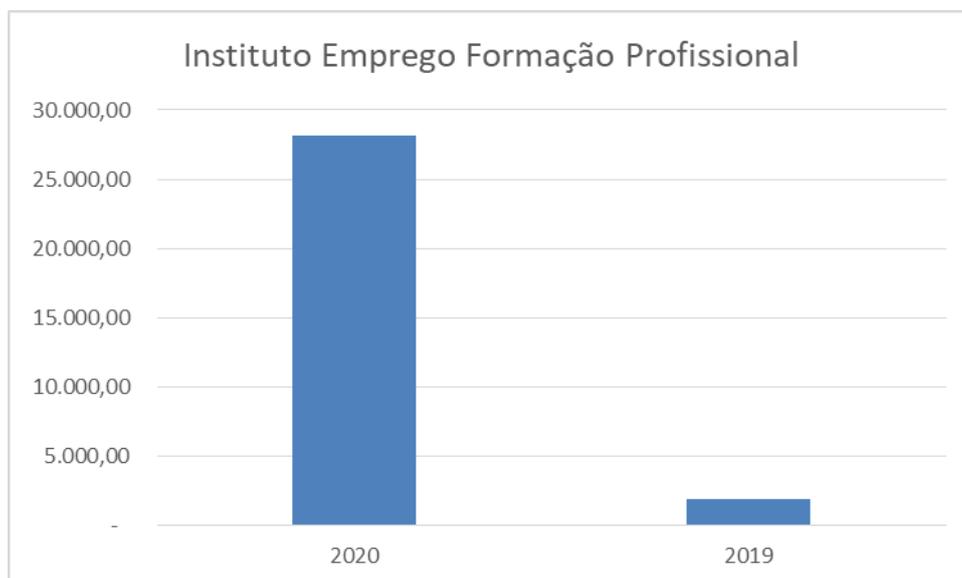
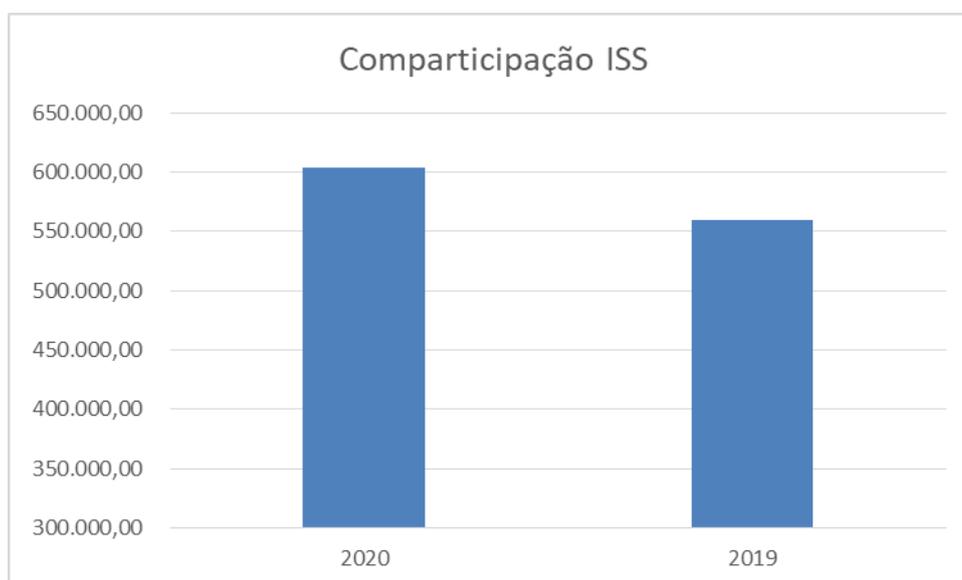
Não existem ativos contingentes existentes.



12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

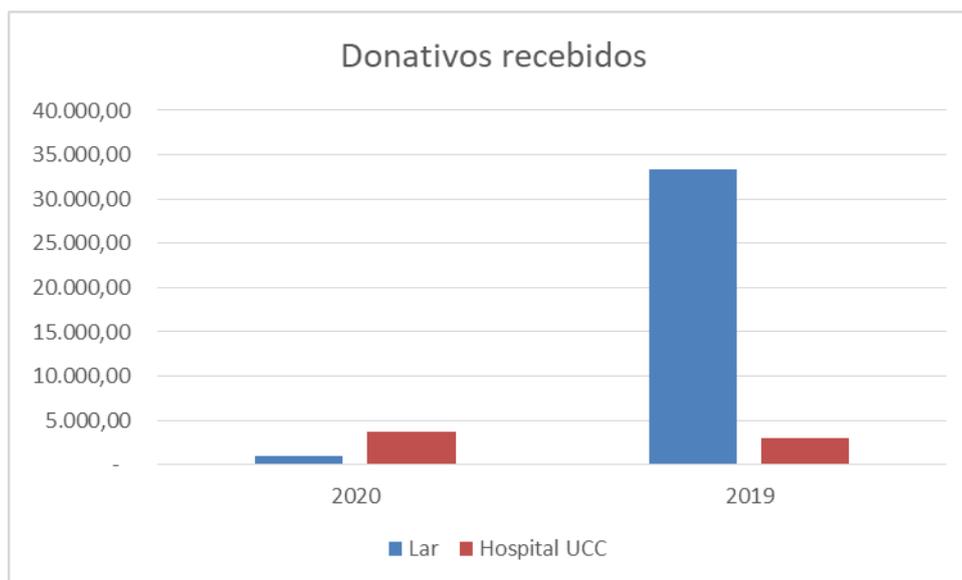
A 31 de Dezembro de 2019 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2020	2019
Subsídios Públicos	28.112,68	1.915,49
Instituto Emprego Formação Profissional	28.112,68	1.915,49
	-	-
Apoios Públicos	603.994,20	558.961,01
Comparticipação ISS	603.994,20	558.961,01
	-	-
Doações - donativos	4.626,38	
Total	636.733,26	560.876,50





Em 2019 os donativos recebidos foram lançados na conta 7888 no valor de 36.363,50€. Por indicação do ISS em 2020 os valores dos donativos recebidos foram relevados na conta 753 no montante 4626,38, representando portanto um decréscimo de 87%



13. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais é o seguinte:

Assembleia Geral – 3 membros efetivos

Mesa Administrativa – 5 membros efetivos e 2 suplentes

Conselho fiscal – 3 membros efetivos e 2 suplentes

Conforme o n.º 1 do artigo 16º do Compromisso da Misericórdia, os órgãos sociais exercem gratuitamente as funções que competirem aos respetivos cargos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2019 e 2020 foi de 79 e 86 respetivamente.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:



Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	1.017.190,08	995.836,66
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	199.772,34	197.155,41
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	23.389,83	-
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	-	1.340,00
Total	1.240.352,25	1.194.332,07

Em 2019, os seguros acidentes de trabalho foram por lapso contabilizados na conta 6263

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15. Outras Informações

Não existem informações adicionais, que sejam relevantes para uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras.



15.1. Outras contas a receber e Diferimentos

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
Outros Devedores	4.000,00	-
Perdas por Imparidade	-	-
Adiantamentos/Reembolsos de Medicamentos	-	4.244,33
Total	4.000,00	4.244,33
Diferimentos		
Gastos a reconhecer*		
Outros custos diferidos	-	-
Seguros	3.181,66	-
Total	3.181,66	-
Rendimentos a reconhecer		
Subsidio para investimentos	66.299,38	-
Outros proveitos diferidos	-	-
Total	66.299,38	-
*não vinha a ser feito diferimento custos - seguros (2019 manteve-se de forma a não adulterar resultados)		

15.2. Investimentos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2020, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2020	2019
Outros Investimentos Financeiros	-	-
Fundo de compensação do trabalho	-	-
Investimentos noutras empresas	620,71	620,71
Custo aquisição - RS Solidário	620,71	620,71
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	620,71	620,71



15.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2019 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2020	2019
Caixa	6.421,57	7.845,29
Depósitos à ordem	175.366,55	220.859,97
Depósitos a prazo	12.407,64	13.922,30
Outros	-	-
Total	194.195,76	242.627,56

15.4. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2020
Fundos	41.407,53	-	-	41.407,53
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	1.113.778,88	22.301,86	(58.193,85)	1.077.886,89
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.815.490,35	-	(51.180,16)	1.764.310,19
Total	2.970.676,76	22.301,86	(109.374,01)	2.883.604,61

A conta de Resultados transitados, teve as seguintes variações no exercício 2020:

- Variações positivas:

1. Resultado Líquido Positivo relativo ao exercício 2019 no valor de 22.301,86€

- Variações negativas:

Correções materialmente relevantes relativos a exercícios anteriores:

1. Fatura 20585 data emissão 27/12/2019 Medimarco, Lda, no valor de 11.406,10€;
2. Indeminização Nutricionista Sofia Sousa e Silva – valor 21.000,00€ referentes aos anos 2008 a 2017;
3. Regularizações materialmente relevantes anos anteriores 25.787,75€.



15.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	100.828,67	71.600,50
Fornecedores Investimentos títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	100.828,67	71.600,50

15.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	837,99	837,99
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.954,43	17.354,04
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	3.792,42	18.192,03
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	2.570,00	2.727,00
Segurança Social	21.161,09	22.832,05
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	23.731,09	25.559,05



15.7. Outras Contas a Pagar

A rubrica “*Outras contas a pagar*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	19,70	1.219,64	19,70	1.308,21
Remunerações a pagar	-	1.219,64	-	1.308,21
Cauções	19,70	-	19,70	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	152.571,30	-	141.963,28
Outros credores	-	-	-	-
	-	-	-	-
Total	19,70	153.790,94	19,70	143.271,49

15.8. Subsídios, doações e legados à exploração

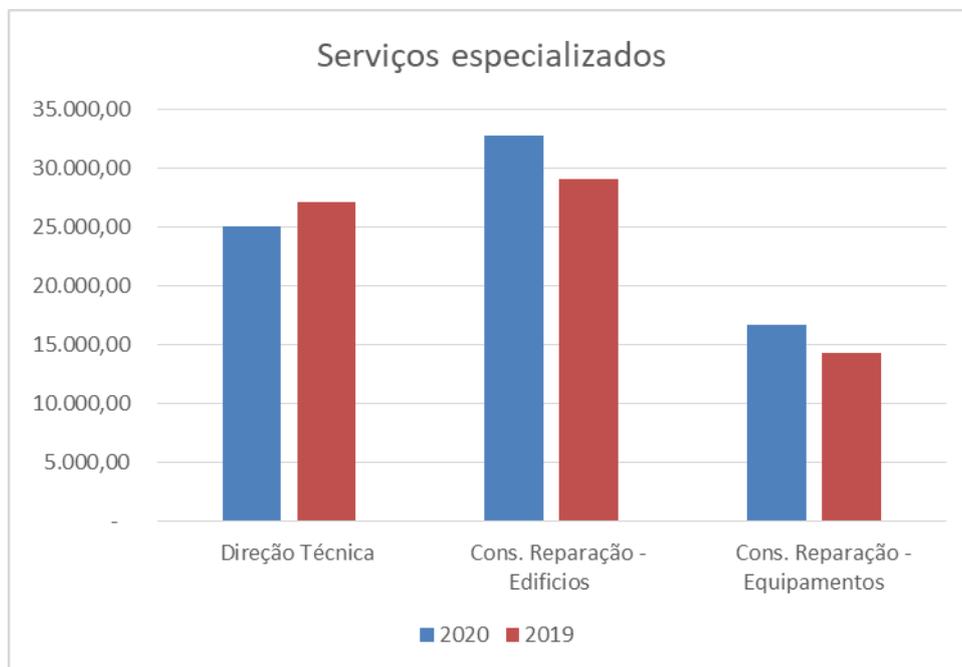
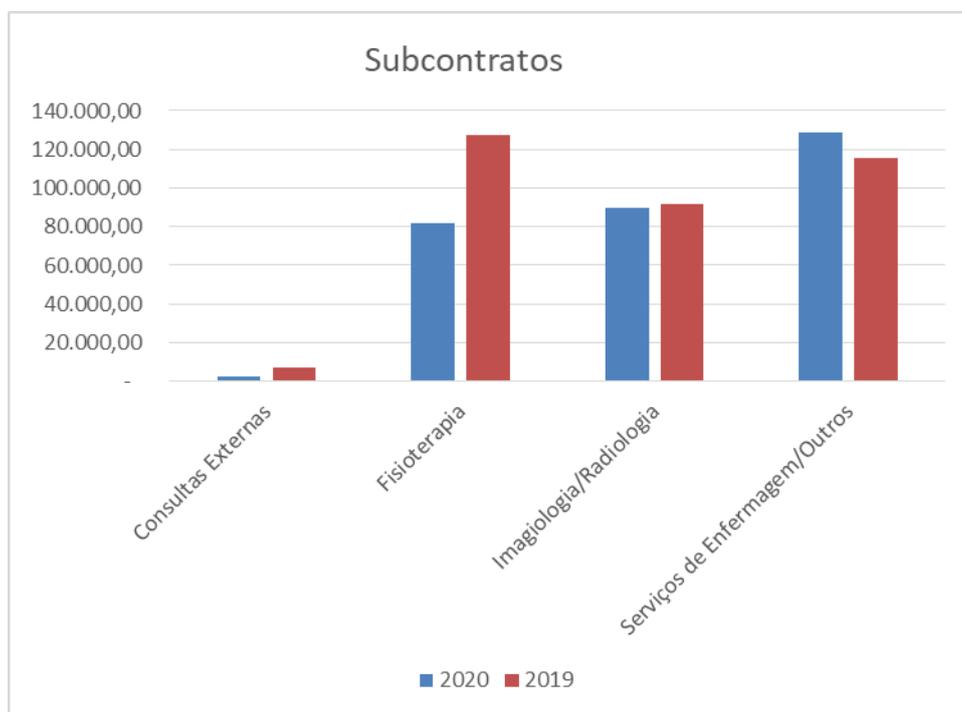
- Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

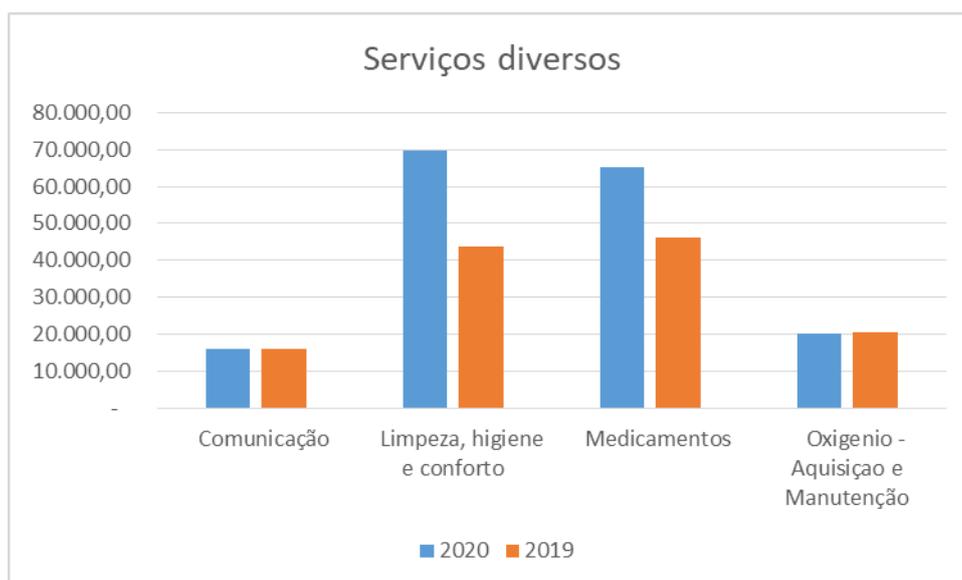
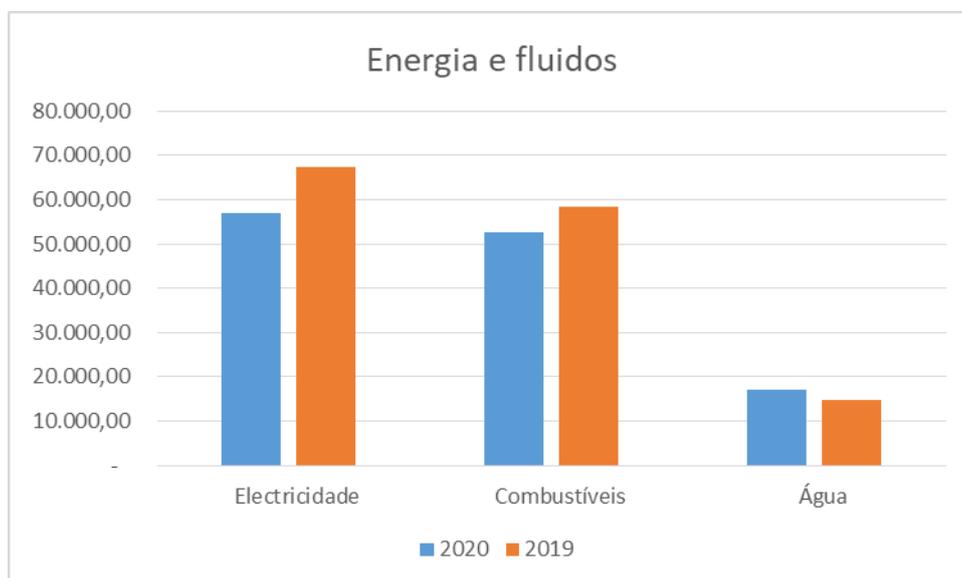
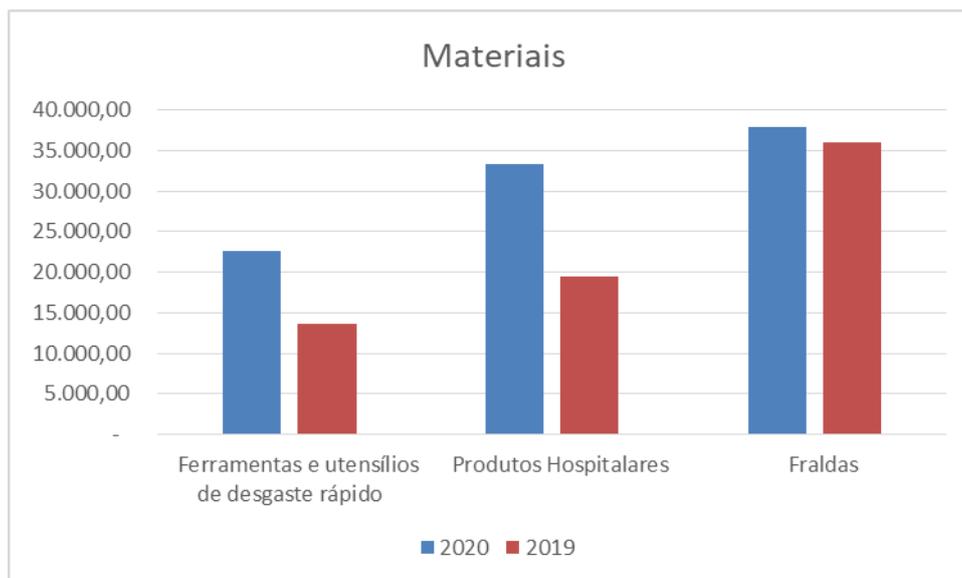
15.9. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2020, foi a seguinte:

*Fornecimentos e serviços externos:*

Descrição	2020	2019
Subcontratos	303.025,64	342.590,30
Consultas Externas	2.560,70	7.312,20
Fisioterapia	82.033,00	127.422,00
Imagiologia/Radiologia	89.540,00	92.041,00
Serviços de Enfermagem/Outros	128.891,94	115.815,10
Serviços especializados	119.370,96	104.429,77
Direção Técnica	25.015,96	27.120,54
Cons. Reparação - Edifícios	32.798,33	29.032,20
Cons. Reparação - Equipamentos	16.667,91	14.262,12
Materiais	99.743,01	75.646,69
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	22.648,81	13.667,14
Produtos Hospitalares	33.360,09	19.456,13
Fraldas	37.878,36	36.015,83
Energia e fluidos	132.648,86	145.171,35
Electricidade	57.087,17	67.315,05
Combustíveis	52.715,59	58.390,36
Água	17.201,15	14.886,20
Deslocações, estadas e transportes	271,27	654,40
Serviços diversos (*)	186.540,19	177.242,60
Comunicação	15.859,08	16.101,37
Limpeza, higiene e conforto	69.595,84	43.692,02
Medicamentos	65.235,37	45.979,05
Oxigenio - Aquisição e Manutenção	20.314,06	20.437,90
Total	841.599,93	845.735,11
(*) Discriminar as rubricas de maior valor		







15.10. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	40,00	280,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	51.989,65	113.410,42
Imputação Sub. Investimentos	51.180,16	77.046,92
Donativos Lar	-	33.394,11
Donativos hospital	-	2.969,39
Outros	809,49	-
Total	52.029,65	113.690,42

15.11. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	884,40	620,83
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dividas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	4.417,38	16.407,14
Total	5.301,78	17.027,97



15.12. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	6.972,30	8.544,74
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	6.972,30	8.544,74
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	(6.972,30)	(8.544,74)

15.13. Clientes

O saldo da rubrica de “Clientes” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Clientes e Utentes c/c	187.350,79	186.310,83
Clientes	164.477,25	169.094,85
Utentes	22.873,54	17.215,98
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	187.350,79	186.310,83
Perdas por Imparidade do período		
Descrição	2020	2019
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	-	-

15.14. Outros Activos Financeiros

Sem movimento nas rubricas de outros ativos financeiros nos exercícios 2019 e 2020



15.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

15.16. Proposta de aplicação de resultados

Nos termos de tudo que antecede, a Mesa administrativa propões à assembleia Geral o Seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2020;
2. Que seja efetuada a aplicação do resultado líquido negativo do exercício, no montante de 63.066,70€ para a conta de “resultados transitados”

Castelo de Paiva, 17 de Junho de 2021

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa,
